

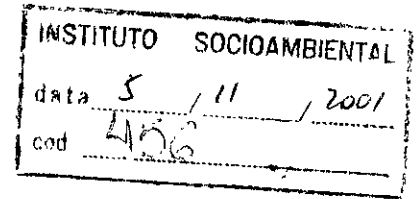
## Festa do arromba do Greenpeace

**Data:** 05/11/2001

**Fonte:** O Paraense

**Local:** Belém

**Link:** <http://www.oparaense.com>



*"Hoje é festa na floresta" diz a música e a realidade na luta pela preservação da floresta amazônica e do mogno, madeira mais apreciada. Ibama e Greenpeace juntos contra o contrabando*

**URUARÁ (PA)** - O cenário tropical amazônico serviu de palco, esta semana, para mais uma operação de exibicionismo da não-governamental internacional Greenpeace, tendo como coadjuvante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o Ibama. De positivo, no espetáculo, um recorde: a apreensão de 22 mil metros cúbicos de mogno, a madeira mais nobre de todas as madeiras amazônicas já conhecidas e comercializadas.

Tudo, estranhamente, começou por Santarém, no Tapajós, a 900 quilômetros de Belém. Estranhamente porque todos os integrantes da operação tiveram de enfrentar 14 horas de estrada - se é que a Santarém-Cuiabá (BR-163) e a Transamazônica podem ser consideradas assim - numa viagem até Uruará, onde já se encontravam Paulo Addário, coordenador do Greenpeace e muitos outros ativistas.

**Show** - Não podiam faltar é claro - três helicópteros e três aviões, contrastando com o cenário de pobreza da cidade, que sobrevive em função da indústria madeireira e, principalmente, da comercialização ilegal do mogno retirado das áreas indígenas adjacentes. Só o Ibama gastou R\$ 500 mil na organização do evento, montando uma infra-estrutura básica para flagrar os destruidores de floresta, contrabandistas de mogno. O pessoal do Greenpeace não informou o total de gastos nesta sua nova incursão à Amazônia brasileira. O ponto alto da mega-operação que uniu governo e ong contra os que destroem a floresta foi a apreensão recorde de madeira, principalmente mogno. Somente na fazenda Juvilândia, às margens do rio Iriri, um afluente do rio Xingu, foram flagrados pelos fiscais do Ibama mais de sete mil metros cúbicos de mogno. Toda a madeira foi presa e deixada com fiéis depositários selecionados na região.

Outra grande apreensão ocorreu no rio Carajari, onde a madeira cortada estava em jangadas, pronta para ser encaminhada ao descaminho. A madeira apreendida foi avaliada, por especialistas do Greenpeace, em U\$ 7 milhões, preço que alcançaria no mercado internacional. "Essa operação representou um duro golpe contra os que exploram mogno ilegalmente na Amazônia", comemorou José Leilande, chefe da operação pelo Ibama.

**Carona** - No meio da operação destacava-se, estranhamente, a presença de pessoas ligadas ao empreiteiro Cecílio do Rego Almeida, um paraense de Óbidos que fez fortuna no comando da construtora C.R.Almeida, apontado pela CPI da Grilagem de Terras da Amazônia, da Câmara dos Deputados, como um dos maiores grileiros da Amazônia.

O polêmico Rego Almeida reivindica para si uma área superior a quatro milhões de hectares, englobando inclusive partes da reserva indígena caiapó, além de terras pertencentes ao governo do Estado e ao Estado Maior das Forças Armadas, hoje integrado ao Ministério da Defesa.

Os ativistas do Greenpeace, especialistas em marketing ecológico, distribuíram farto material à população. "Investigações recentes realizadas pelo Greenpeace no Estado do Pará revelaram a profundidade do problema: não existe cadeia de custódia legal confiável para o mogno, a ilegalidade predomina e os principais atores do problema são implacáveis", acusa o relatório da internacional, ressaltando a avaliação feita pelo governo brasileiro é de que "80% de toda a madeira extraída na Amazônia tem origem ilegal e a corrupção generalizada está no coração da

atividade madeireira ilegal".

Marijane Lisboa, diretora-executiva do Greenpeace no Brasil, criticou a ausência de representações governamentais indígenas na operação. "O Greenpeace critica a ausência da Funai neste importante trabalho para preservar a floresta amazônica", atacou.

Ronaldo Brasiliense e Paulo Santos

### Reis do mogno

Eles são ilustres desconhecidos no país, mas, segundo o Greenpeace, movimentam milhões de dólares contrabandeando mogno em áreas indígenas. Moisés Carvalho Pereira e Osmar Alves Pereira são os reis do mogno na Amazônia

**Moisés Carvalho Pereira** - chega a faturar a impressionante cifra de US\$ 1 milhão por dia na alta temporada do mogno. O dinheiro ganho com a exploração da madeira retirada de terras dos índios Kayapó - paga US\$ 30 pelo metro cúbico e revende por US\$ 1,390 - seria "lavado" em numerosos empreendimentos. Moisés, que também é fazendeiro, investe a fortuna que faz com o mogno no financiamento de uma concessionária de automóveis, um hotel, um canal regional de TV e em uma série de outros negócios. Grande parte dessas empresas está concentrada na cidade de Redenção, no sul do Pará, segundo constatou o Greenpeace.

A organização não-governamental cita fontes do governo brasileiro e documentos do Ibama para afirmar que Moisés está ligado a diversas empresas envolvidas com a exportação de mogno sem origem legal. Entre essas empresas, estão Madeireira Juary/Jatobá, 2M, Madeireira MCP, Millenium, Madeireira Pirizina, Rio Branco, Ouro Verde, Rio Negro e Serraria Marajoara/Semasa.

Em agosto de 1998, a chamada "Operação Mogno", realizada em área Kayapó pelo Ibama e pela Polícia Federal, confirmou o envolvimento da empresa Juary na extração criminosa de mogno em terras indígenas. E o mais surpreendente, lembra o Greenpeace: edição recente da revista Época garante que Moisés seria apenas um "testa de ferro" do ex-senador Jader Barbalho no comércio de mogno.

**Osmar Alves Pereira** - O outro "rei do mogno" é Osmar Alves Pereira, diz o Greenpeace, acrescentando que ele tem um longo histórico de envolvimento com a extração ilegal de mogno em terras indígenas no Pará. Casos registrados de exploração ilegal por Osmar e empresas a ele ligadas incluem áreas Kayapó (1983), Xicrim do Catete (1985), Araweté (1988), Kayapó, Xicrim do Catete, Kararaô, Trinceira/Bacajá, Koatinemo, Apyterewa, Araweté (1991-1992), apyterewa (1995) e Kayapó (2000).

O roubo de mogno da chamada Terra do Meio começou no início da década de 90, quando a Exportadora Peracchi declarou posse das áreas ao longo da estrada aberta pela empresa mineradora Canopus. A estrada corta a floresta entre os rios Xingu e Iriri, seguindo para o sudoeste paraense. Seus ramais cortam as terras Kayapó Menkragnoti e se interligam com a BR-163 (Santarém-Cuiabá).

Segundo o Greenpeace, os dois "reis do mogno" têm repetidamente manipulado o sistema legal e explorado suas limitações. Em meados dos anos 90, um grupo de índios recorreu aos tribunais para expulsar as madeireiras Peracchi, Maginco e Impar de suas terras, por extração ilegal de madeira. Os índios queriam também forçar os madeireiros a pagar um plano de recuperação para compensar a destruição que haviam causado.

Tudo em vão. A Peracchi fez diversos apelos contra ações federais que proibiam o acesso da

empresa à estrada ilegal dentro da terra Apiterewa, argumentando que a Justiça Federal em Brasília não tinha jurisdição na área e que o caso deveria ser decidido por um juiz de São Félix do Xingu, "vulnerável a pressões políticas e econômicas", diz o Greenpeace.

Euclides Farias

**Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.**